



VILA DOS PESCADORES: SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADES NO USO DO TERRITÓRIO

Jaqueline Marcos de Araujo¹

RESUMO

O objetivo desta apresentação é compreender as ações de remoção dos habitantes da Vila dos Pescadores, localizada no bairro do Jaraguá – neste caso, promovida pela Prefeitura de Maceió. O trabalho visa analisar a reestruturação e reprodução do espaço urbano motivada por financiadores privados e os impactos ocasionados pelas políticas excludentes de acesso a moradia e a cidade. Desde as décadas de 1980 e 1990, o local passou a atrair investidores que buscavam a revitalização da área ocupada pela comunidade dos pescadores, sendo um dos bairros mais atrativos da orla da cidade pelos agentes da especulação imobiliária e do processo de turistificação. No ano de 2015, uma ordem judicial promovida pela prefeitura da cidade e por decisão do acatada pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5), foi determinada a remoção de cerca de 150 famílias da comunidade. Moradores residiam neste local há quase 30 anos, e sequer puderam resistir aos tratores que demoliam suas casas, não houve negociação por parte dos órgãos responsáveis. Parte das famílias foi cadastrada para obter o direito à habitação de interesse social no conjunto habitacional: “Residencial Vila dos Pescadores”. Todavia, não foi o cenário visto pela maioria dos moradores, uma vez que não foram informados de que iriam para um abrigo improvisado em uma escola próxima, onde não havia a estrutura necessária para recebê-los. Não houve planejamento dos órgãos responsáveis para atender a população. Na ocasião a Prefeitura improvisou o cadastramento dos moradores em programas de assistência temporários, um deles o programa de Aluguel Social.

Palavras-chave: Direito à moradia, Gentrificação, Reprodução do espaço, Segregação, Vila dos Pescadores.

ABSTRACT

The objective of this presentation is to understand the actions of removal of the inhabitants of Vila dos Pescadores, located in the Jaraguá neighborhood – in this case, promoted by the City Hall of Maceió. The work aims to analyze the restructuring and reproduction of urban space motivated by private financiers and the impacts caused by excluding policies on access to housing and the city. Since the 1980s and 1990s, the place began to attract investors seeking to revitalize the area occupied by the fishing community, making it one of the most attractive neighborhoods on the edge of the city by agents of real estate speculation and the touristification process. In 2015, a court order issued by the city hall and by decision adopted by the Federal Regional Court of the 5th Region (TRF-5), determined the removal of about 150 families from the community. Residents lived in this place for almost 30 years, and were not even able to

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP). Bacharel em Comunicação Social e Mestra em Planejamento e Gestão do Território (UFABC). jaqueline.marcos@usp.com.



resist the tractors that were demolishing their homes, there was no negotiation by the responsible bodies. Part of the families was registered to obtain the right to social housing in the housing complex: “Residencial Vila dos Pescadores”. However, this was not the scenario seen by most residents, as they were not informed that they would go to a makeshift shelter in a nearby school, where there was not the necessary structure to receive them. There was no planning by the responsible agencies to serve the population. On that occasion, the City Hall improvised the registration of residents in temporary assistance programs, one of them the Social Rent program.

Keywords: Right to housing, Gentrification, Reproduction of space, Segregation, Fishermen's village.

INTRODUÇÃO

Este trabalho sintetiza resultados abordados em estudos anteriores realizados em bairros de duas capitais brasileiras: Recife e Salvador. As perspectivas relacionadas à produção do espaço urbano estabeleceram nas dinâmicas urbanas a respeito da centralidade, o fator de desigualdade no acesso aos direitos à cidade e reprodução de segregação no processo de urbanização. Uma das análises determina como as políticas de reabilitação das cidades não estão associadas às políticas habitacionais.

Neste estudo o cerne será a Vila dos Pescadores, no bairro do Jaraguá. Situada em alguns dos 512,50km² de área que abrange o município de Maceió, é constituída por não mais que 39% de área urbana.

A Vila dos Pescadores está localizada no bairro do Jaraguá, situada em parte da orla de Maceió. Esta é uma área de relevância histórica e cultural da cidade. É o local que abriga o porto, onde em 1818 desembarcou o primeiro governador do Estado de Alagoas, Sebastião Francisco de Melo e Povoas.

De inúmeras históricas ocorridas no bairro, Jaraguá atravessou o apogeu e a decadência. Em um documento datado de 1724, há testemunhos que colonizadores aportaram na região dando início ao povoamento. Todavia, o local já abrigava uma pequena vila de pescadores.

De acordo com documentos da época, em meados do século XVIII ocorreu a expansão territorial e populacional devido à produção de cana-de-açúcar e algodão. Com o crescimento do comércio e desenvolvimento da cidade, o bairro do Jaraguá sofreu de declínio econômico e o deslocamento dos moradores de alta renda. Bairros se



formaram no percurso da orla de Maceió, como Pajuçara e Ponta Verde. Os habitantes se dissiparam para outras áreas da capital.

Na história da urbanização das capitais brasileiras, parte dos centros históricos perdeu prestígio ao longo dos anos, quando os cidadãos de renda mais elevada migraram para bairros com maior infraestrutura. Maceió teve sua decadência na região do porto, assim como: Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Segundo Santos (1993):

Com diferença de grau e intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. O seu tamanho, tipo de atividade, região que se inserem etc. São elementos de diferenciação, mas todas elas problemas como os do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação e saúde, são genéricos e revelam enormes carências. (SANTOS, 1993, p. 95)

Durante as décadas de 1940 a 1960, o local do porto passou por uma fase predominantemente popular entre os boêmios e com uma agitada vida noturna. O bairro do Jaraguá foi ocupado por bares e casas de prostituição, uma das explicações era que o porto era um local de passagem de viajantes e marinheiros.

Paulatinamente, o local que agora abrigava habitantes pobres, não obtinha recursos públicos, resultando na degradação e perda de características nas construções de igrejas, museus e casarões históricos. Naquele momento, a região comportava o comércio popular, consultórios, escritórios, repartições e prestação serviços públicos.

Essa pesquisa pretende aprofundar e destacar a gravidade de como os órgãos públicos junto à iniciativa privada visam à reabilitação das cidades, promovendo sua valorização em busca da especulação imobiliária do espaço urbano - neste caso, uma cidade altamente turística. Juntos atuam em detrimento aos direitos dos cidadãos, impulsionando processos de segregação e gentrificação.

METODOLOGIA

O método que orienta a pesquisa da qual este trabalho procura contribuir, parte de uma por uma série de investigadores que abordam os temas trazidos no trabalho. A investigação interdisciplinar e abordagem qualitativa consistiram em procedimentos metodológicos sobre o direito à cidade, direito à moradia, intervenções e revitalizações urbanas em áreas turísticas, segregação, gentrificação, além de uma profunda análise histórica sobre o bairro do Jaraguá, Vila dos Pescadores e a urbanização da município de Maceió.



Neste sentido, a investigação possui contribuições com diversas abordagens, desde publicações em periódicos, reportagens em jornais, revistas e acompanhamento da situação ocorrida no bairro. A significativa mudança de vida dos pescadores, que ao foram retirados de suas propriedades próximas ao local de trabalho, sem a garantia de seus direitos e subsistência. Segundo Alves (2017):

Percebe-se que a revitalização que aconteceu no Jaraguá visava, principalmente, a volta do bairro como sendo um bairro turístico, a partir do financiamento do Banco Interamericano e Desenvolvimento (BID) e do Banco do Nordeste do Brasil. A transformação do bairro, que deveria ser para a melhoria de vida da população, ocorreu de forma excludente, que só ocorreu de forma capitalista no modo de produção. (ALVES et al, 2017, p. 254).

Como já foi apontado no texto, a análise realizada para a pesquisa e produção do artigo está inserida na interdisciplinaridade das áreas estudadas para o tema e tem como embasamento o referencial bibliográfico produzido em diversos contextos, pois visa debater o direito à cidade, o planejamento urbano, o turismo, as políticas habitação social, a segregação socioespacial, e por fim um tema que pode ser desenvolvido e observado em diversas cidades turísticas brasileiras, o processo de gentrificação. Segundo Smith (2007):

Na mídia, a gentrificação tem sido apresentada como o maior símbolo do amplo processo de renovação urbana que vem ocorrendo. Sua importância simbólica ultrapassa em muito sua importância real; é uma pequena parte, embora muito visível, de um processo muito mais amplo. O verdadeiro processo de gentrificação presta-se a tal abuso cultural da mesma forma que ocorreu com a fronteira original. Quaisquer que sejam as reais forças econômicas, sociais e políticas que pavimentam o caminho para a gentrificação, e quaisquer que sejam os bancos e imobiliárias, governos e empreiteiros que estão por trás do processo, o fato é que a gentrificação aparece, à primeira vista, como um maravilhoso testemunho dos valores do individualismo, da família, da oportunidade econômica e da dignidade do trabalho (o ganho pelo suor). Aparentemente, ao menos, a gentrificação pode ser tocada de forma a executar alguns dos acordes mais ressonantes de nosso piano ideológico. (SMITH, 2007, p. 18).

EXPANSÃO URBANA, SEGREGAÇÃO E DESIGUALDADES NO DIREITO À CIDADE

A história de uma cidade é o que constitui a riqueza cultural do lugar. Todo lugar tem uma história, e ela deve pertencer e permanecer na memória dos seus cidadãos.



O bairro do Jaraguá é o início da formação da cidade de Maceió. Não há uma data exata sobre o início da formação da Vila dos Pescadores, os primeiros a chegar tiveram que formar suas primeiras habitações numa área composta por lama, matagal e trapiches. É o lugar onde começa a história da população de baixa renda da cidade, onde havia a concentração de grande parte dos trabalhadores com empregos informais da região. A comunidade tem como predominância, pescadores e marisqueiras que atuam na pesca artesanal, imprescindível como fonte de subsistência.

O cotidiano de trabalho dos pescadores tem início durante a madrugada, é neste momento que começa a rotina de pesca. Antes mesmo de amanhecer, o trabalho de separação dos peixes e camarões. Neste momento, as mulheres da comunidade começam o ofício de limpeza e tratamento da pesca. O trabalho prossegue até o começo da noite, e assim se reproduz o ciclo de trabalho na Vila. Desde a infância as crianças da comunidade já adquirem em sua rotina a ocupação com a pesca, que é uma das aptidões que os pais transmitem para os filhos, é uma prática natural das gerações da tradicional comunidade.

As execuções de expressões da cultural local, como apresentação do coco de roda infantil, do maracatu do Coletivo AfroCaeté, da roda de capoeira e da poesia musicada no pandeiro, ou a realização de um cortejo até a praia para entregar oferendas a Iemanjá, feito pelo Terreiro da Vila de Pescadores, ocorreram – segundo o Portal Coisas de Maceió – como forma de legitimar a permanência da comunidade na área, e de “resistência e preservação da cultura dos ancestrais africanos em Alagoas”.

Nos mais diversos lugares do mundo, os mais procurados para viagens são os locais que preservam sua cultura e história. Economicamente essas cidades sobrevivem por manter a história e cultura local. Na Vila dos Pescadores, a comunidade era composta por afrodescendentes, que realizavam apresentações culturais de forte expressão de seus ancestrais africanos, preservando a cultura local com execuções de roda de capoeira, maracatu, como de roda e cortejo à Iemanjá.

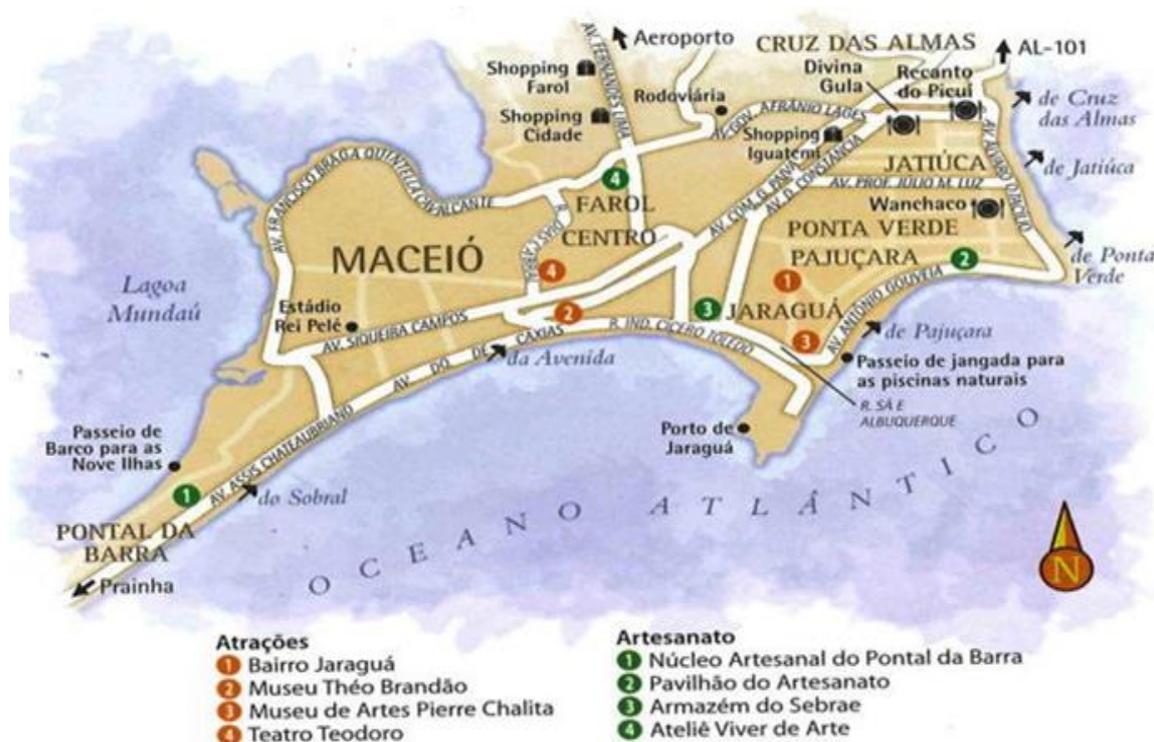
O terreno em que está concentrada a comunidade pertence à União. Além de não pertencer ao município, nenhuma dos gestores municipais procurou negociar com a associação de moradores e tampouco com o Governo Federal. No entanto, a realidade para os moradores consistia num esforço muito maior, já que ambos os órgãos pretendiam executar obras de revitalização com a retirada das moradias, porém com suas próprias demandas.



No ano de 2010, a associação da Vila dos Pescadores buscou o reconhecimento histórico junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Alagoas, como Patrimônio Imaterial do Estado. E mesmo com mais de 60 anos de tradição a comunidade de pesca artesanal, nem ao menos o pedido obteve resposta do IPHAN. A prefeitura discordava de que foi ali onde a cidade se constituiu. Pois diante dos interesses por parte dos incorporadores e dos investidores imobiliários, o local se tornou alvo para especulações, segregação e o processo de gentrificação. Segundo Marchioni (2016):

Dentre as particularidades de sua localização, observa-se que a Vila dos Pescadores localizava-se no Bairro de Jaraguá, na orla da cidade de Maceió, na área circundante ao Porto Turístico e há menos de 1km do Centro da Cidade. Essa é uma área estratégica, bastante valorizada sob o ponto de vista da “cidade mercado”, que valoriza a mobilidade urbana e as infraestruturas de acesso turístico, no caso o Litoral Sul e as “praias do Francês e Gunga”. O Bairro também recebe boa valorização imobiliária, similar aos bairros de classe média e alta (Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca), o que a isso se somando as suas características históricas. Esse processo de lutas pelo espaço territorial na cidade, em que os “enclaves periféricos” ou “ilhas de ruralidade” passam a ser o objeto de conquista pelo mercado imobiliário, vem sendo identificado em outros estudos na mesma cidade. (MARCHIONI, 2016, p. 35)

No mapa notamos a importância da localização do bairro do Jaraguá (3), do porto (na ponta da praia) e da Vila dos Pescadores (3).





Os conflitos ocasionados trouxeram à tona a visão do poder público com relação aos moradores de um dos mais antigos bairros da cidade. À medida que avançavam as negociações para a construção do Centro Pesqueiro e revitalização do local, a prefeitura cerceava a comunidade no acesso aos serviços públicos, essenciais a todos os cidadãos.

Ao se ausentar dos serviços essenciais, a gestão municipal colocou em risco a saúde da comunidade, precarizando o local com a falta de infraestrutura sanitária, como: a coleta de lixo, o saneamento básico, com a instalação de depósitos de combustíveis; além da escassez no transporte público, do desenvolvimento da saúde comunitária e fomento a cultura, educação e esporte. Segregá-los a outro ponto em que o turismo não seja prejudicado ou até mesmo a imagem da cidade num contexto de cidade global e turística, faz com que os próprios moradores tenham menos direito à cidade do que aqueles que estão de passagem e guardarão na memória a imagem de uma cidade apta para a turistificação. Segundo Pereira (2015):

Revitalizar, não apenas em Jaraguá, mas em todas as áreas urbanas mundo afora que passaram por esse processo, significa, na ótica do poder público, erradicar a pobreza erradicando o pobre. Jaraguá é o exemplo claro do caráter classista dessa política higienista, quando comparado com o tratamento dado à Vila e aos proprietários dos armazéns degradados. A maioria das grandes edificações que sobraram do apogeu econômico do bairro acusa inadimplência, estão em décadas de dívidas que poderiam já incorrer na desapropriação, esta que poderia ocorrer também pela simples aplicação do princípio da Função Social da Propriedade, mas a comissão criada na Câmara de Vereadores para estudar essa situação foi dissolvida antes que se produzisse uma única linha. Ou seja, a degradação dos casarões permanece intocável marcando a morfologia do bairro, ao passo que a Vila dos Pescadores (cuja degradação foi promovida por intervenções públicas desastrosas e omissões intencionais) sofre o ataque contínuo na compulsiva batalha pela remoção. (PEREIRA, 2015, p. 204).

A Fundação Oswaldo Cruz desenvolveu junto com o site Mapa de Conflitos – Justiça Ambiental e Saúde no Brasil – uma cronologia das ações ocorridas na Vila dos Pescadores.

Cronologia	
2000	As enchentes ocorridas na cidade deixaram 400 famílias desabrigadas, que pela Secretaria Municipal de Habitação foram abrigadas junto a uma área da Comunidade do Jaraguá. Esta ação deu o início a outras ocupações no local, acarretando a favelização do bairro.
2004	A prefeitura de Maceió assinou um contrato junto com a União, onde



	<p>firmava a finalidade de reurbanização na Vila dos Pescadores, promovendo obras para a comunidade local. Havia um termo em que a prefeitura não poderia forçar a retirada dos habitantes da área. Na ocasião em que foi assinado o contrato, outros órgãos estavam presentes, assim como a comunidade. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), representado por um técnico assegurou que a realização de qualquer obra exigiria a aprovação do Conselho Estadual de Cultura, que não havia ocorrido. O cronograma já previsto pela prefeitura precisaria ser alterado, já que ela estava atuando irregularmente. Como o local necessitava de reabilitações, visto que a prefeitura negligenciou a comunidade com a falta de manutenção e infraestrutura na área, ocasionando sérias degradações e promovendo novas ocupações de barracos irregulares. A União transferiu a guarda provisória do terreno para a prefeitura de Maceió, isso permitiu o amparo e respaldo que necessitava para validar as ações já previstas no cronograma de revitalização.</p>
2007	<p>O contrato de cessão da área do Jaraguá, firmado com a prefeitura de Maceió foi revogado e volta a pertencer a União. Ela financiou a construção de conjuntos habitacionais por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), para o Fundo Nacional de Habitação (FNHIS).</p>
04/09/2009	<p>O prefeito, Cícero Dias, assina ordem de serviço autorizando o início das obras da marina e a da construção do residencial Vila dos Pescadores, um conjunto habitacional previsto para receber 450 famílias. Na ocasião, a presidente da Associação dos Moradores da Vila Jaraguá, Maria Enaura, afirmou que, com a transferência, os pescadores estariam submetidos a riscos devido a distância do conjunto habitacional, devido ao fato de terem que fazer o percurso de madrugada da Avenida Jaraguá. Além disso, os pescadores não queriam se afastar de seus barcos, já que não sabiam quem cuidaria das embarcações.</p>
14/10/2009	<p>No centro de Maceió, os moradores da comunidade do Jaraguá realizam protesto para permanecerem em suas casas e a área poder usufruir de</p>



	urbanização.
21/10/2009	Os moradores da comunidade do Jaraguá participam de reunião com o Procurador da República Rodrigo Tenório buscando apoio da procuradoria contra o projeto da Prefeitura Municipal de Maceió de remover 450 famílias do local.
13/11/2009	É transferida a guarda provisória da localidade da Vila dos Pescadores da Superintendência do Patrimônio da União em Alagoas (SPU) para o município de Maceió.
15/12/2009	Há a liberação de R\$ 9 milhões para projeto de urbanização da comunidade de Jaraguá, realizada pela Caixa Econômica Federal.
04/02/2010	O art. 111 da Lei Orgânica do Município de Maceió impõe a necessidade de consulta prévia aos moradores em caso remoção, além disso, é preciso exigir da prefeitura o cumprimento Lei 9.636/98. Ministério Público Federal recomenda à Gerência Regional do Patrimônio da União o cumprimento das leis em questão.
05 de 2010	Ao todo 170 famílias associadas à Associação de Amigos e Moradores do Bairro de Jaraguá - AMAJAR - encaminharam denúncias contra a atuação da prefeitura à Ouvidoria do Estado de Alagoas. Numa reunião junto aos responsáveis obtiveram a promessa de que o Governo do Estado de Alagoas faria o que fosse possível pela comunidade.
05 de 2012	Um novo projeto de urbanização da Vila Jaraguá é apresentado pela Prefeitura de Maceió.
26/07/2013	O Ministério Público Federal realiza audiência pública para discutir impasse em relação ao projeto de reurbanização da área.
06 de 2014	Juiz federal substituto da 13ª Vara estabelece um prazo de três meses para mudança de famílias que permaneciam na Vila Jaraguá.
07 de 2014	Transferência de 17 famílias da Vila Jaraguá para o conjunto habitacional Vila dos Pescadores
08/08/2014	Moradores e movimentos sociais realizam ato público na Vila Jaraguá em defesa da permanência das famílias no local e de um projeto alternativo e inclusivo de reurbanização.
19/08/2014	A Comissão de Direitos Humanos publica nota de apoio à comunidade.



01/09/2014	A comunidade acadêmica, professores e alunos da UFAL aderem ao movimento Abrace a Vila, numa campanha para assinaturas a petição em apoio à comunidade.
08/09/2014	Departamento do Patrimônio Urbanístico obtém decisão favorável para a Associação da Comunidade de Pescadores para suspender desocupação da Vila Jaraguá.
22/01/2015	TRF5 concede nova liminar autorizando desocupação da Vila Jaraguá.
03 de 2015	TRF5 suspende efeitos de liminar concedida à Prefeitura.
16/06/2015	A desocupação da Vila Jaraguá tem um prazo estabelecido pela Justiça Federal de três dias para desocupar a área.
17/06/2015	A Prefeitura autoriza a Polícia Militar a dar início a operação de desocupação.
19/06/2015	Operação para desocupar a área é concluída.

Fonte: Mapa de Conflitos/Fiocruz (adaptações e atualizações da autora)

Na imagem abaixo podemos analisar uma dessas ações do poder público na Vila dos Pescadores, onde cidadãos perderam o direito básico à moradia. Uma operação antidemocrática, onde que não houve argumentos que pudessem tornar a presença dos moradores no local. Tudo foi destruído e pessoas foram conduzidas para escolas, pois não houve planejamento para o remanejamento adequado para abrigos, para o recebimento de indenizações, para o aluguel social, para tantos outros direitos que pertenciam aos moradores.



Fonte: Pedro Mesquita(G1)



Apesar de protestos e resistência dos pescadores, foi finalizado o processo de remoção das últimas famílias que ainda ali residiam. A reintegração de posse contou com um grande aparato promovido pela prefeitura em uma operação conjunta com a Guarda Municipal, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Federal.

O privilegiado bairro do Jaraguá, já não possui moradores que moram em favelas. O local nobre tem a poucos metros, praias turísticas e também um dos endereços da elite de moradores alagoanos, como a praia da Pajuçara e da Barra de São Miguel. Ao longo dessa rota de bairros nobres, a Vila dos Pescadores não poderia mais existir, assim como alguns galpões e prédios antigos em que a especulação imobiliária tem a intenção de promover revitalizações para seus empreendimentos. Segundo Vasconcelos (2014):

O sentido de nossa crítica é o de que a revitalização de Jaraguá foi realizada sem uma maior valorização identitária do 'lugar'. Distante da realidade que cerca o bairro, o projeto de revitalização fez-se isolado da imagem, da realidade social, das potencialidades culturais e históricas. Acreditamos que a artificialidade da paisagem e a atual ausência da população local na dinâmica sócio-econômico-cultural do cotidiano do lazer no Jaraguá destituíram o caráter de um lugar revitalizado. Segundo Cruz (2000), existem grandes dificuldades para eliminar usos antecedentes nas áreas onde se fez presente o PRODETUR-NE, a exemplo do bairro do Pelourinho ou do Recife Antigo. Daí decorre uma constante tensão que paira sobre esses espaços, resolvida, em parte, pelo policiamento dessas áreas. (CAVALCANTE, 2017, p. 417).



Fonte: Prefeitura de Maceió



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações higienistas não permitiram a manutenção da história do povo local, aqueles que construíram e sustentaram o bairro durante décadas. Essa parte da história foi invisibilizada para a construção de uma cidade voltada ao turismo e aos empreendimentos. O espaço urbano central e com maior infraestrutura é um benefício que pode ser usufruído por poucos. A turistificação esconde seus moradores pobres, segrega e silencia a tradição local. Segundo CAVALCANTE (2017):

Se pela lógica do mercado e empresarial, os espaços urbanos privilegiados não devem ser usufruídos pela população vulnerável, ela também não deve participar da construção desses espaços. Essa faceta ideológica ficou demonstrada nos procedimentos da SPU para a cessão da área da Vila dos Pescadores para o Município, nos documentos formalizados pelo MPF e nas notícias veiculadas pela imprensa local. Em todos esses meios comprovou-se a exclusão da comunidade pesqueira no projeto turístico que, em tese, iria lhe beneficiar. (CAVALCANTE, 2017, p.39)

Esta análise buscou observar e analisar as transformações sociais, econômicas e ambientais resultantes do projeto urbanístico resultante da financeirização do espaço urbano e geográfico das distintas formas de apropriação e uso do território ao longo da história da Vila dos Pecadores. Questionamos quais as formas de regulação para valorizar e desvalorizar um espaço urbano. Assim como o porquê de intensos investimentos num local, enquanto parte da cidade sofre com a omissão dos recursos públicos para o desenvolvimento local.

Além disso, a expansão urbana é notadamente irresponsável da forma como ocorre, resultando em diversos conflitos sociais, demográficos, geográficos e culturais. Portanto, os mecanismos da reprodução desigual do espaço urbano afeta diretamente a população local com a precarização das áreas, retirada de moradores mais pobres em detrimento a valorização do espaço pelo capitalismo e o processo de gentrificação. Ao analisar o surgimento e crescimento das cidades brasileiras nos deparamos com diversos ciclos econômicos e um vertiginoso processo de urbanização. Concluímos com a reflexão de Santos (2017):

Num mundo em que o urbano é a utopia, e ao mesmo tempo, o predicado social, o espaço se torna objeto de disputa, lugar da realização dos desejos e da elaboração de necessidades, assim como contém seus horizontes de satisfação. Nesses termos, a segregação atualiza a noção de alienação, como alienação do urbano; ela se define aqui como a manifestação extrema da



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM
GEOGRAFIA

EDIÇÃO ONLINE

10 À 15 DE OUTUBRO DE 2021

ISSN: 2175-8875

alienação, definida no e pelo urbano. Na medida em que também, além do acesso aos serviços, aos signos de sociabilidade e bens de consumo, são as formas de apropriação do espaço que estão em jogo, é a compreensão da produção do espaço urbano que permite operar a passagem da marginalidade e da exclusão para o campo da segregação. É nesse sentido que a noção de segregação ganha interesse atualmente para o debate realizado sob uma orientação crítica. (Santos, 2017, p. 639)



REFERÊNCIAS

ALVES, N. et al. A valorização e a decadência da habitação do bairro do Jaraguá, Maceió – AL. **Revista Ciências Humanas e Sociais**, v. 4, n.º 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/4753>.

CAVALCANTE, F. M. L. A Vila dos Pescadores do Jaraguá e sua interação com a política de revitalização do centro histórico: a reurbanização do espaço público e a exclusão social. *Revista Olhares Plurais*, v. 1, n.º 16, 2007.

MARCHIONI, A. Comunidade da Vila dos Pescadores do Jaraguá, Maceió/AL e a (IN) efetividade do Direito Internacional (“Direito à Moradia Adequada”). **Revista Eletrônica do Mestrado em Direito da UFAL**. v. 7, n.º 1, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/rmdufal/article/viewFile/2557/2184>.

MESQUITA, P. et al. Após despejo, moradores da favela de Jaraguá dizem não saber onde ficarão. G1-AL. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2015/06/apos-despejo-moradores-da-favela-de-jaragua-dizem-nao-saber-onde-ficariao.html>.

PEREIRA, P. Educação popular e consciência política na luta pelo espaço urbano: a resistência da Vila de Pescadores de Jaraguá. (**Tese de Doutorado em Educação**). Universidade de Campinas, Campinas, 2015.

SANTOS, C. Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica. **Economía, Sociedad y Territorio**, v.XVII, n.º 55, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22136/est2017754>.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. São Paulo: **Editora Hucitec**, 1993.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Geosp Espaço e Tempo**, n.º 21, 2007. Tradução: Daniel de Mello Sanfelici. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/74046/77688>.

VASCONCELOS, D.A.L. et al. Espaço público ‘revitalizado’ e contradições: Enobrecimento de visitação e antienobrecimento no bairro de Jaraguá, Maceió-AL (Brasil). **Revista Turismo e Desenvolvimento**, 2014.